

ENCONTRO POLÍTICO

**Sarney
declara guerra
aos juros**

SÍLVIA CAETANO

Divergências à parte, finalmente o governo José Sarney aproxima-se do entendimento em torno de fórmulas para resolver o seu problema de déficit de caixa, hoje consolidado em 84 trilhões de cruzeiros. Este parece ter sido o principal resultado da reunião de sábado, na granja do Torto, do presidente da República com os ministros do setor e economistas convidados e que tanta reação encontrou, inicialmente, da parte do ministro Francisco Dornelles, afinal fortalecido pelos resultados do informal seminário sobre política econômica. Depois de horas de debate, chegou-se à conclusão de que o déficit não será controlado apenas com a elevação de impostos e do corte das despesas públicas, mas que as duas medidas, já decididas, precisam ser acompanhadas da redução das taxas de juros, o que será promo-

vido de forma gradativa. Fora disso, não haveria solução e o governo continuaria a ser obrigado a financiar o seu déficit, pagando por isso altos juros e aumentando a sua dívida interna, num processo que joga para cima a inflação.

No decorrer da semana, os ministros Francisco Dornelles e João Sayad, o presidente do Banco Central, Carlos Lemgruber, o diretor da dívida pública do BC, José Júlio Senna, e os economistas João Manuel Cardoso de Mello e Ibrahim Eris, vão reunir-se para fixar um modelo matemático destinado a testar, na prática, a teoria da redução das taxas de juros, capaz de evitar uma diminuição perigosa dos seus níveis e que não gere desequilíbrios na execução do controle do déficit público. No encontro da granja do Torto acordou-se pela urgência da diminuição dessas taxas que sacrificaria o setor privado, impedindo a retomada do crescimento econômico, embora não se tenha chegado a um entendimento sobre os mecanismos a serem adotados na redução do custo do dinheiro, o que será buscado na reunião desta semana. O mercado financeiro talvez seja um dos pontos mais sensíveis e nervosos do País e, por essa razão, o governo pretende estudar cuidadosamente soluções, testando-as em cenários simulados antes de colocá-las em prática.

Criticado da iniciativa, o ministro Francisco Dornelles chegou à reunião da granja do Torto visivelmente tenso e irritado, mas foi descontraído no seu decorrer, chegando

a entusiasmar-se em alguns momentos ao perceber as vantagens e o sentido do debate. Dornelles enfatizou a necessidade de um corte das despesas públicas, manifestando preocupação com as consequências da redução das taxas de juros defendida pelo economista Ibrahim Eris. Coube ao ex-ministro Mário Simonsen analisar globalmente o quadro econômico do País e propor ao governo adotar as três providências simultaneamente, sob a alegação de que, implantadas isoladamente, nada resolveriam.

Decidiu-se pelo sigilo em relação à redução das taxas de juros, enquanto testam-se modelos e examinam-se alternativas que não resultem em prejuízo para o governo. Discutiu-se também se seria oportuna a ocasião para baixar essas taxas e houve até quem defendesse a adoção da provisão antes mesmo de cortar o déficit público. Afinal concluiu-se que a estratégia deve ser conjunta. Sendo o maior comprador de títulos da dívida pública — ORTN e LTN — o governo tem condições de fixar os juros que está disposto a pagar, forçando a sua diminuição, que poderá ser mensal ou não, mas sempre de forma gradual, de modo a empurrar para baixo, alguns pontos percentuais, as taxas atuais de 27% ao ano, até tetos adequados à estratégia que será executada nos próximos sete meses.

O presidente José Sarney aprovou a iniciativa, afirmando que o Brasil precisa crescer, o que não acontecerá enquanto houver prefe-

rência pelos investimentos no mercado financeiro em detrimento das atividades produtivas. É claro que foram analisados exaustivamente os reflexos da medida junto aos aplicadores, mas a idéia predominante é que, se a inflação cair, eles poderão investir em atividades do setor produtivo e não se sentirão prejudicados, colaborando para a retomada do crescimento econômico do País. Aliás, não é preciso ser nenhum gênio ou prêmio Nobel da economia para descobrir que, sem estimular tais setores, não há país que se agüente. O que faltou até aqui foi uma decisão política para corrigir a distorção que se verifica no País, onde todos preferem jogar no mercado aberto a colocar dinheiro em atividades de risco.

Deste modo, com a conivência do governo, nos últimos anos, houve crescente aumento da especulação financeira em prejuízo de investimentos que poderiam ter feito o País crescer, com o agravante de ser irrisória e socialmente injusta a taxação dos ganhos de capital. Os especuladores financeiros enriqueceram sem outro esforço que o de telefonar aos bancos para instruir-los sobre as suas aplicações, enquanto o País foi ficando cada vez mais pobre pela desativação de indústrias, a falência de empresas e o desestímulo ao setor produtivo. Afinal, se as taxas do overnight e do open são tão atraentes, não há risco e o Leão não demonstra em relação aos seus lucros o mesmo apetite com que devora os rendimentos salariais, por que jogá-los num setor deserdado pelo pró-

prio governo? Foi a essa dedução óbvia que parecem ter chegado alunos e professores na escola da Granja do Torto. Agora, só esperar para conferir se a conclusão será acompanhada de decisões energicas e corajosas. Com a palavra, o presidente José Sarney.

Exterior? Só com licença.

A partir de agora, qualquer integrante da administração federal que precisar viajar ao exterior em missão oficial vai ter que pedir autorização e justificar-se perante o chefe da Casa Civil da Presidência da República, José Hugo Castelo Branco. Em poucos dias à frente do seu novo cargo, o ministro descobriu não haver o menor controle dos gastos e do número dos funcionários que vão ao exterior, supostamente a trabalho, com o agravante de ninguém prestar contas dos resultados dessas viagens e dos dólares consumidos. Agora, as coisas estão diferentes. O ministro controla rigorosamente, dia a dia, o deslocamento dos servidores federais ao estrangeiro, através de formulários que mandou confeccionar e onde anota, em tinta vermelha, quem saiu do País, quanto levou e o que foi fazer. Depois, é claro, de ter autorizado e analisado as justificativas da viagem. Se o ministro considera não haver necessidade, o que tem sido habitual e já reduziu substancialmente o seu número, inclusive para cursos de aperfeiçoamento, nada feito. Em função do controle rigoroso exercido, o ministro José Hugo acredita ter ganho novos adversários e críticos, mas

adianta que a sua fiscalização não se limitará a viagens, mas se estenderá a outros setores.

Trabalho gratuito

Se a atividade é assistencial, não tem sentido exercê-la remuneradamente. Este deve ter sido o raciocínio do ministro da Previdência, Waldir Pires, para reformular a direção da Legião Brasileira de Assistência, a LBA. O cargo, o melhor remunerado da Previdência Social — 12 milhões de cruzeiros mensais — foi oferecido a dona Risolte Neves, que não o aceitou, e continua vago até hoje. A idéia do ministro é extinguir-lo e criar uma superintendência para exercer as suas funções, com remuneração de dois milhões de cruzeiros e auxiliada por uma comissão executiva.

Comissão constitucional

Além dos 33 nomes recentemente divulgados que comporiam a comissão constitucional encarregada de preparar um anteprojeto de reforma da Carta, para submeter à Assembleia Constituinte, mais dois teriam sido relacionados por Tancredo Neves para integrar o órgão. Pessoas da intimidade do falecido presidente garantem que ele possuía várias listas, onde anotava nomes depois de conversas mantidas com políticos e representantes de entidades de classe. Numa delas, pontificavam os nomes dos professores Marcílio Marques Moreira e Cândido Mendes, cujas presenças na comissão, Tancredo julgava indispensáveis.